

# Documento de Posição

## da Reforma na Política Agrícola Comum (PAC)



“Através do presente documento de posicionamento, queremos avançar com as nossas principais preocupações sobre a atual reforma da PAC, bem como apresentar a nossa visão e propostas alternativas. As políticas da PAC afectam-nos significativamente, contudo não temos voz no seu processo de reforma. Não basta reconhecer a importância dos jovens agricultores no papel, queremos políticas eficazes para nos apoiar e o direito de participar no processo decisório. Não haverá futuro possível para a agricultura da UE sem jovens agricultores.”

Julho 2021



# DOCUMENTO DE POSIÇÃO da Reforma na Política Agrícola Comum (PAC)

Na fase final da reforma da PAC, nós - Articulação da Juventude da Coordenação Europeia Via Campesina (ECVC) - sentimos a necessidade de expressar a nossa posição. Receamos que a **reforma da PAC continue a negligenciar as necessidades reais dos jovens agricultores e, em particular, dos pequenos agricultores agro-ecológicos**. Em 2017, o Tribunal de Contas Europeu<sup>1</sup> já tinha relatado que as políticas de juventude da PAC para o período 2007-2020 eram ineficazes no que toca à polémica questão da renovação geracional na agricultura na Europa. Já que não vemos nenhuma mudança significativa nas políticas de juventude como fazendo parte da reforma, esperamos que **a PAC continue a falhar um dos seus principais objetivos: facilitar a entrada de novos agricultores**.

Estamos conscientes de que a PAC, por si só, não pode resolver todos os problemas. Outras políticas relativas às áreas rurais, assim como medidas nacionais e regulamentações são necessárias. Contudo, a PAC continua a ser a principal estrutura política da agricultura e do desenvolvimento rural na União Europeia.

Através do presente documento de posicionamento, queremos avançar com as nossas principais preocupações sobre a atual reforma da PAC, bem como apresentar a nossa visão e propostas alternativas. As políticas da PAC afectam-nos significativamente, contudo não temos voz no seu processo de reforma. Não basta reconhecer a importância dos jovens agricultores no papel, queremos políticas eficazes para nos apoiar e o direito de participar no processo decisório. Não haverá futuro possível para a agricultura da UE sem jovens agricultores.

## Mas vamos apresentar-nos

Somos jovens, apaixonados e dedicados à agricultura. Alguns de nós já são agricultores, mas a maioria está a tentar ser. Alguns de nós estudaram agricultura formalmente ou são filhos de agricultores, mas muitos outros vêm de contextos diferentes. Trabalhamos nas nossas terras, mas também atravessamos fronteiras, somos trabalhadores migrantes e sazonais, trabalhamos em áreas rurais e urbanas. Somos ricos na nossa diversidade. Podemos não ter a experiência, conhecimento e competências ditas “adequadas”, mas estamos motivados para aprender. O nosso objectivo não é tornar a agricultura europeia competitiva e lucrativa, mas sim garantir o fornecimento alimentar através de sistemas alimentares social e ecologicamente justos. **Apoiamos a produção agro-ecológica de alimentos em pequena escala. Lutamos por uma soberania alimentar, a salvaguarda da biodiversidade e o respeito pelos direitos dos camponeses e trabalhadores agrícolas.**

Queremos uma agricultura preparada para o futuro e justa para as gerações. Queremos que a UE reconheça o papel fundamental dos jovens agricultores para a agricultura de hoje e de amanhã e que os apoie e recompense em conformidade. Queremos sobretudo que a UE dê prioridade aos jovens agricultores que produzem para satisfazer as necessidades locais e adoptam abordagens agroecológicas.

<sup>1</sup> European Court of Auditors, 2017. *Special report no 10 EU support to young farmers should be better targeted to foster effective generational renewal*. Available at: <https://www.eca.europa.eu/en/Pages/DocItem.aspx?did=41529>

Rejeitamos os sistemas alimentares que dependem do capitalismo, industrialização, neocolonialismo, exploração e violência contra os humanos e a Natureza. **Para nós, a agricultura não é apenas produzir alimentos, é assumir uma postura política.**

## Îngrijorările, revendicările și alternativele noastre

No geral, o volume da mão-de-obra na agricultura da UE tem diminuído e apenas 11% de todas as explorações agrícolas são geridas por agricultores com menos de 40 anos<sup>2</sup>. De acordo com um recente estudo de avaliação realizado pela Comissão Europeia<sup>3</sup>, a PAC contribui para a manutenção das explorações agrícolas existentes e não para a criação de novas explorações. As tentativas de média e pequena escala por parte de jovens e novos operadores para iniciar uma nova atividade falham devido à falta de apoio (financeiro, formação, aconselhamento) e incentivos.

Exigimos que os Estados-Membros **atribuam um orçamento suficiente para os jovens agricultores** enquanto parte dos seus Planos Estratégicos Nacionais (PEN) e apoiamos a recomendação do Parlamento Europeu de aumentar o nível máximo de financiamento para além de 3% do orçamento global da PAC, o que nos parece um acordo insuficiente e pouco ambicioso. Esperamos uma **forte monitorização, responsabilidade e transparência** das políticas de juventude a nível nacional para garantir o cumprimento e a difusão de boas práticas. Acreditamos também que as medidas suplementares de apoio ao rendimento para jovens agricultores não devem ser voluntárias para os Estados-Membros.

Em alguns países, o apoio ao rendimento está a abrandar o processo de renovação das gerações, porque alguns agricultores usam os pagamentos como apoio ao rendimento para compensar as pensões baixas.

Pedimos aos Estados-Membros que **avaliem seriamente o impacto dos regimes de pensões nacionais** na limitação ao acesso à agricultura por parte dos jovens agricultores e adaptem a utilização dos regimes de pensões de uma forma que favoreça as gerações mais jovens e mais velhas.

De acordo com o Tribunal de Contas da UE, a PAC não está a apoiar os jovens agricultores e os novos operadores porque não existe uma análise às suas reais necessidades<sup>4</sup>. As medidas do I Pilar (Pagamentos Diretos) e do II Pilar (Desenvolvimento Rural) não atendem às necessidades para além do apoio adicional e não recompensam as melhores práticas. Queremos enfatizar que o último inquérito da UE sobre juventude e agricultura foi realizado em 2015.

<sup>2</sup> Eurostat, 2016. *Young people in farming*. Available at: [https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/income-support/young-farmers\\_en](https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/income-support/young-farmers_en)

<sup>3</sup> European Commission, 2021. *COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT EVALUATION of the impact of the CAP on generational renewal, local development and jobs in rural areas*. Available at: [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/food-farming-fisheries/key\\_policies/documents/ext-eval-cap-gene-renewal-study-report\\_2021\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/food-farming-fisheries/key_policies/documents/ext-eval-cap-gene-renewal-study-report_2021_en.pdf)

<sup>4</sup> European Court of Auditors, 2017. *Special report no 10 EU support to young farmers should be better targeted to foster effective generational renewal*. Available at: <https://www.eca.europa.eu/en/Pages/DocItem.aspx?did=41529>

Garantir que a PAC corresponda às necessidades reais e recompense as melhores práticas é da responsabilidade tanto da UE como de cada Estado-Membro. Exigimos um **novo inquérito da UE para avaliar as necessidades atuais dos jovens agricultores e novos operadores e solicitamos a inclusão dos agricultores agro-ecológicos de pequena escala**. As pesquisas e avaliações a nível da UE, nacional e regional devem considerar a diversidade de experiências entre os agricultores jovens e operadores, especialmente porque eles diferem significativamente dos agricultores estabelecidos.

Um ponto de importância fundamental para nós é que a lógica por trás da atribuição de apoio financeiro da PAC é inadmissivelmente injusta: baseada na apropriação de terrenos e capital, estabelece como prioridade vastas e ricas explorações agrícolas com capacidade para investimentos de grande escala, negligenciando os médios e pequenos agricultores que adotam soluções mais respeitadoras do ambiente e do clima (ex. redução de contributos e uso de material em segunda mão). Esta lógica capitalista contradiz a visão da Estratégia “Do Prado ao Prato” (F2F) que afirma a necessidade de apoiar os agricultores agro-ecológicos e de pequena escala na criação de cadeias alimentares mais sustentáveis e mais curtas. Também contradiz os objetivos do Pacto Verde Europeu (PVE), que tem objetivos ambiciosos em termos da redução de emissões e igualdade social.

Instamos a UE a **resolver a incompatibilidade entre o PAC, a estratégia F2F e o PEE**. Também esperamos uma PAC alinhada com a nova **Estratégia de Biodiversidade** da UE para salvaguardar a biodiversidade agrícola nos ecossistemas aéreos, terrestres e aquáticos. Os recursos naturais como a terra, a água e as sementes são bens comuns e não podem ser protegidos se forem vendidos no mercado como simples mercadorias.

Acreditamos firmemente que os eco-regimes e medidas de ecologização não contribuirão para atingir os objetivos do F2F, do PEE e da Estratégia de Biodiversidade. Consideramos estas medidas mais um exemplo de greenwashing para deixar o poder nas mãos do agronegócio. Não há nada de “ecológico” na agricultura de precisão e alta tecnologia. Queremos denunciar que os **eco-regimes, conforme definidos atualmente, não farão nada para além de reproduzir os efeitos destrutivos da agricultura intensiva e da agricultura sobre os ecossistemas, o clima e a subsistência das pessoas**.

De acordo com o Parlamento Europeu, o acesso à terra é a principal barreira para os jovens agricultores e novos operadores<sup>5</sup>. Devido aos processos de privatização e mercantilização, a terra é muito cara para alugar e comprar para aqueles que não a herdaram. Além disso, a atribuição de subsídios por hectare da PAC contribui para a concentração de terras e a concorrência, o que dificulta ainda mais a oportunidade de iniciar uma atividade agrícola por parte dos novos operadores. Os jovens também têm

<sup>5</sup> European Parliament, 2017. *Research for AGRI Committee – Young farmers – Policy implementation after the 2013 CAP reform, DG for Internal Policies, policy department B – Structural and cohesion policies*. Available at: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/602006/IPOLE\\_STU\(2017\)602006\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/602006/IPOLE_STU(2017)602006_EN.pdf)

menos acesso aos créditos: a Comissão Europeia relata que 27% de todos os pedidos apresentados por jovens agricultores na UE são rejeitados pelos bancos, em comparação com uma taxa muito mais baixa de rejeição de 9% para os agricultores mais velhos<sup>6</sup>.

Saudamos e encorajamos a realização de um **sistema de limite obrigatório** para restringir a quantidade de subsídios atribuídos às grandes explorações agrícolas, bem como o **pagamento redistributivo obrigatório** das grandes explorações para as médias e pequenas, em particular as que são dirigidas por jovens.

Pedimos uma **mudança mais radical na forma como os subsídios e outras ajudas financeiras são atribuídas**: não com base na quantidade de terras possuídas, capital ou capacidade para investimentos, mas na **entrega de práticas e serviços socio-ecológicos** para as comunidades locais e para o bem comum: a produção de alimentos saudáveis e nutritivos, a criação de empregos regulares, a revitalização das zonas rurais, a salvaguarda da biodiversidade, o respeito pelo ambiente e pelos animais, e a utilização de materiais em segunda mão. Para além disso, pedimos à UE e aos Estados-Membros que apoiem as iniciativas que têm conseguido facilitar o acesso de novos operadores à agricultura - tal como o acesso à terra - em particular, os pequenos agricultores agro-ecológicos.

As novas instalações são frequentemente caracterizadas por uma reduzida dimensão económica e por um compromisso inicial em regime de part-time do agricultor arrendatário. Assim, defendemos um complemento ao rendimento para ajudar os novos agricultores: acreditamos que o **apoio ao rendimento deve ser atribuído em conjunto com prémios à instalação e que o valor recebido deve diminuir progressivamente à medida que o apoio aumenta**. Essa ajuda deve ser dividida e paga por mês para garantir que seja realmente um acréscimo ao rendimento e que não seja direcionada para o investimento.

Estamos preocupados com o impacto da contínua desregulamentação do mercado e dos Acordos de Comércio Livre (ACL) sobre a queda dos preços agrícolas, o que dificulta cada vez mais a garantia de subsistência para todos os agricultores, jovens ou não. Os subsídios da PAC não podem tornar-se uma compensação económica para os rendimentos insuficientes devido aos baixos preços dos produtos agrícolas.

Queremos que a PAC se baseie na regulamentação do mercado para **garantir preços justos para os agricultores**. Os preços de mercado devem ter em conta os custos sociais e ambientais de produção para evitar os efeitos destrutivos do dumping sobre os países exportadores.

Quando se trata de comércio, acreditamos que a UE deve **parar de apoiar os ACL e projetos de exploração mineira** pois estes contribuem para as mudanças climáticas, o esgotamento ambiental e as injustiças sociais e impedem a soberania alimentar na divisão Norte-Sul global.

<sup>6</sup> European Commission, 2021. *COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT EVALUATION of the impact of the CAP on generational renewal, local development and jobs in rural areas*. Available at: [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/food-farming-fisheries/key\\_policies/documents/ext-eval-cap-gene-renewal-study-report\\_2021\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/food-farming-fisheries/key_policies/documents/ext-eval-cap-gene-renewal-study-report_2021_en.pdf)

As zonas rurais estão a ser abandonadas e quase 30% das terras agrícolas da UE estão em risco<sup>7</sup>. Devido à falta de serviços e infraestruturas, as áreas rurais são pouco atraentes e inacessíveis aos jovens. Ao mesmo tempo, há muitos jovens que querem viver e trabalhar em explorações agrícolas, mas enfrentam múltiplas barreiras, desde assistência médica até ao acesso à educação e internet.

**Temos que parar de usar as áreas rurais para a expansão ilimitada da monocultura e transformá-las em lugares ricos e atraentes para os jovens viverem e trabalharem.**

A agricultura de média e pequena escala oferece a oportunidade de criar empregos nas áreas rurais, especialmente para os jovens. Os jovens agricultores também são uma ponte potencial entre as áreas rurais e urbanas: eles tendem a produzir para os cidadãos, cooperativas e outros pontos de venda direta (CSA, cooperativas de géneros alimentícios) em vez de produzir para os grossistas tradicionais, e muitas vezes vivem e trabalham na exploração agrícola.

Apelamos aos Estados-Membros para que **umentem a relevância e os recursos atribuídos ao II Pilar (Desenvolvimento Rural) da PAC**, com investimentos baseados nas necessidades específicas de cada território. Acreditamos que estas medidas devem ser obrigatórias e não voluntárias para os Estados-Membros. Dada a dificuldade dos jovens agricultores e novos operadores em iniciar uma atividade agrícola, acreditamos que todos os novos operadores devem receber ajuda financeira direta e atempada para começar a funcionar (por exemplo, 25.000 euros). Os financiamentos para a juventude do II Pilar devem ser atribuídos pelos Estados-Membros através de critérios transparentes baseados na igualdade e na necessidade e não nas possibilidades económicas de cada região. Precisamos de uma distribuição justa de dinheiro para abrir oportunidades para os territórios com as condições socioeconómicas menos favoráveis.

O acesso ao conhecimento é reconhecido pela Comissão Europeia como outra barreira para os jovens agricultores e novos operadores. Em 2016, apenas 43% dos jovens gestores de explorações agrícolas tinham mais do que experiência prática<sup>8</sup>. Acreditamos que o acesso a formação, aconselhamento e apoio para jovens agricultores na Europa é insuficiente. A maioria dos serviços de aconselhamento gratuitos para novos participantes na UE são raros, insuficientes ou inexistentes e não são gratuitos.

Acreditamos que a PAC deve apoiar a **criação de serviços de apoio aos jovens agricultores** a nível local, regional e nacional. Essas iniciativas devem ser gratuitas e acessíveis e devem facultar consultoria sobre vários aspectos, incluindo o acesso à terra, financiamento e outros recursos. A PAC deve também apoiar iniciativas que visem a partilha de competências e conhecimentos entre os jovens agricultores. Essas iniciativas já existem na Europa e devem ser consideradas como exemplos de boas práticas.

<sup>7</sup> European Parliament, 2020. *Research for AGRI Committee - The challenge of land abandonment after 2020 and options for mitigating measures*. Available at: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL\\_STU\(2020\)652238](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU(2020)652238)

<sup>8</sup> European Commission, 2021. *COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT EVALUATION of the impact of the CAP on generational renewal, local development and jobs in rural areas*. Available at: [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/food-farming-fisheries/key\\_policies/documents/ext-eval-cap-gene-renewal-study-report\\_2021\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/food-farming-fisheries/key_policies/documents/ext-eval-cap-gene-renewal-study-report_2021_en.pdf)

Muitos jovens agricultores e novos operadores, migrantes ou não, são vítimas de exploração. Para além de terem que se sujeitar a condições de trabalho precárias e ilegais, muitos jovens não têm acesso ou têm acesso insuficiente aos esquemas de proteção social. Sem emprego e proteção social, os jovens trabalhadores agrícolas têm dificuldade em garantir as necessidades básicas (água potável, saneamento, alimentação, abrigo e assistência médica), levando a múltiplas violações dos direitos humanos.

Pedimos a **inclusão da condicionalidade social** na PAC<sup>9</sup>. As explorações agrícolas que violam os direitos humanos e dos jovens têm de deixar de receber apoio da UE e dos Estados-Membros. Gostaríamos, sobretudo, de ver o papel das **mulheres e migrantes jovens** na agricultura claramente reconhecidos e apoiados por instituições a nível local, nacional e da UE, e esperamos coerência com outras áreas políticas, tais como as políticas de migração.

Estamos preocupados com a fraca participação dos jovens agricultores no processo de decisão da UE e, em particular, no processo de reforma da PAC. Estamos também muito preocupados com o facto de os jovens agricultores de pequena escala não estarem representados, apesar de sua relevância para o futuro da agricultura camponesa e familiar na Europa.

Pensamos que a PAC deve facilitar a criação de um novo modelo de governação para a agricultura na Europa, baseado no princípio da **soberania alimentar**. Para tal, consideramos que é absolutamente necessário **potenciar e diversificar a participação dos jovens agricultores nos espaços e processos decisórios**, garantindo o diálogo entre eles e as instituições da UE. Pedimos, portanto, a criação de um **Grupo de Diálogo Civil da UE dedicado aos jovens agricultores**.

Estamos preocupados com o excesso de confiança da PAC nas novas tecnologias e na digitalização, porque eles dependem do poder corporativo, do extrativismo, e porque eles vêm com enormes custos sociais e ambientais.

Em vez disso, apoiamos **tecnologias camponesas e inovações**, baseadas na **agroecologia**, que não requerem o esgotamento dos recursos naturais e são acessíveis a todos. Pedimos às instituições da UE que parem de apoiar um sistema alimentar em que os actores corporativos tenham mais poder do que os camponeses. **Rejeitamos a liberalização de Novas Técnicas de Reprodução (NTR)** porque - tal como as gerações anteriores de OGM - estas podem colocar em risco a diversidade agro-ecológica, os direitos dos agricultores e o conhecimento camponês. Pedimos a **proibição da patenteabilidade de genes e características nativas de plantas e animais**<sup>10</sup>, e o **reconhecimento dos direitos dos agricultores de usar e trocar as suas sementes camponesas**.

<sup>9</sup> European Coordination Via Campesina, 2021. *Open Letter: the new CAP needs social conditionality*. Available at: <https://www.eurovia.org/open-letter-the-new-cap-needs-social-conditionality>

<sup>10</sup> European Coordination Via Campesina, 2016. *Contribution of ECVC to the debate on Patents on plant and animal materials in the EU*. Available at: <https://www.eurovia.org/wp-content/uploads/2016/10/EN-Contribution-of-ECVC-to-the-debate-on-Patents-on-plant-and-animal-materials-in-the-EU.pdf>

## O caminho a seguir



A Europa tem de encorajar e apoiar a entrada de novos agricultores se quiser garantir a segurança alimentar nos próximos anos. Este não é um dever moral, mas uma necessidade crucial. Precisamos de uma perspectiva de longo prazo e de uma mudança de paradigma para o futuro da agricultura. A soberania alimentar e a agro-ecologia já oferecem soluções concretas sobre como podemos produzir alimentos de forma sustentável e justa, respeitando a Natureza e os direitos humanos, apoiando os produtores e as comunidades locais. A agricultura camponesa, em pequena escala, alimentou a humanidade com sucesso e de forma sustentável durante milhares de anos, garantindo a subsistência nas áreas rurais. **Devemos manter viva a agricultura camponesa e a única maneira de fazê-lo é reconhecendo e apoiando os jovens que se interessam por ela.** No entanto, primeiro precisamos de vontade política para mudar, pois **não pode haver soberania alimentar num sistema económico onde os lucros e o crescimento contínuo são mais importantes do que os alimentos.**



## **EUROPEAN COORDINATION VIA CAMPESINA**

The European Coordination Via Campesina is a European grassroots organization which currently gathers 31 national and regional farmer, farm worker and rural organizations based in 21 European countries. Rooted on the right to Food Sovereignty, our main objective is the defence of farmers' and field workers' rights as well as the promotion of diverse and sustainable family and peasant farming. These principles in turn, demand food and agricultural policies based on legitimacy, fairness, solidarity and sustainability. These are necessary to ensure food security, food safety, public health, employment in rural areas and to tackle the issues of the global food crisis and climate change. We demand the development of a new and improved EU agricultural policy based on the above principles. ECVC is the regional member of La Vía Campesina, the largest grassroots international peasant movement. Together we strive for societies where agriculture serves the needs of the communities rather than financial markets or corporations.